



AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DESENVOLVIDAS POR UMA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL

Ms^a. Simone Caroline Piontkewicz¹; Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio². ¹ Bolsista de FAPESC/ CAPES de doutorado em Desenvolvimento Regional – FURB; ²Docente na FURB.

Resumo: A sociedade enfrenta atualmente uma crise civilizatória, marcada por vicissitudes de valores sociais, econômicos e ambientais. Perante o exposto, um avanço vem sendo organizado por entidades sem fins, que surgem para atender as demandas sociais da população, bem como, contribuir para o desenvolvimento de uma sensibilização ambiental, solidária e participativa. Tem-se como objetivo, relatar as ações que a associação Arecicla, desenvolveu ao longo de sua formação na localidade de Rio Natal, São Bento do Sul/SC e destacar as principais contribuições para com a comunidade e meio ambiente local. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e classifica-se como uma pesquisa de campo. Os dados foram coletados através de observação participante. A ARECICLA é uma associação sem fins lucrativos, formada por membros voluntários da comunidade de Rio Natal, área rural do município de São Bento do Sul/SC. Em síntese, a associação surgiu para suprir às necessidades da população. A mesma desenvolve durante doze anos, atividades voltadas para a questão socioambiental na comunidade. Por meio da observação participante, percebe-se que as atividades exercidas pela associação vêm beneficiando os moradores. As mesmas consistem em agregar diversas ações que levam ao desenvolvimento rural sustentável. São atividades que vão além do contexto ecológico, desenvolvem também os valores sociais, econômicos, culturais e espaciais na localidade. Por fim, a associação desperta nos moradores, através de suas ações, o cuidado com natureza, promove a coletividade entre os moradores, instiga a solidariedade e contribui na construção de um sujeito participativo e com autonomia.

Palavras-chave: Território Rural. Identidade territorial. Agentes territoriais. Participação. Sustentabilidade.



1 INTRODUÇÃO

A sociedade enfrenta atualmente, uma crise civilizatória, marcada por vicissitudes de valores sociais, econômicos e ambientais. Segundo Jacobi (2004) uma crise que se manifesta em toda sua plenitude, nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas, nos espaços externos, na degradação da natureza e na qualidade de vida dos seres vivos e não vivos.

A falta de afeto, os valores da coletividade e a carga intensa de trabalho, levam a um novo padrão de vida, centrados no consumismo exacerbado e no aumento da desigualdade social. Com isso, as pessoas estão se tornando mais individualistas, deixando de pensar no valor da coletividade e da relação sinérgica com a natureza.

Perante o exposto, um avanço vem sendo organizado por entidades sem fins lucrativos, também denominados de terceiro setor. Surgem para atender as demandas sociais da população, bem como contribuir para o desenvolvimento solidários, participativo e sustentável.

Esses tipos de organizações têm um viés importante dentro dos territórios rurais. Contribui para resolução dos problemas sociais que essas comunidades enfrentam, suprindo as necessidades básicas que o poder público muitas vezes tem dificuldade de assegurar, além de incrementar o desenvolvimento territorial sustentável.

O desenvolvimento territorial dos espaços rurais tem sido um objeto de número crescente de estudos e intervenções políticas (DELGADO *et al.*, 2007). Aliás, é importante para a continuidade do modo e qualidade de vida, pois o mesmo possui uma importância valiosa, esses espaços permitem a sobrevivência das pessoas nos diferentes territórios (JEAN, 2010).

Com base nesses pressupostos, foram organizadas ações de educação não-formal, mais especificamente, de educação relativa ao meio ambiente, em uma comunidade rural, na localidade de Rio Natal, cidade de São Bento do Sul/SC. Nessa, vem se desenvolvendo, desde o ano de 2004, um projeto de gestão integrada de resíduos sólidos, a partir de uma organização sem fins lucrativos e registro jurídico, nomeada pelos moradores de "Arecicla". Esta, é formada por pessoas voluntárias da localidade, que atuam no território local, com pequenos agricultores. Para tanto, essa pesquisa consiste num relato de experiência participativa por parte da autora, a qual menciona no decorrer deste artigo, os aspectos e

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O

Desenvolvimento Regional em perspectiva

15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021



ações socioambientais, educacionais e de identidade territorial da supracitada associação, que foram realizadas na comunidade de Rio Natal.

Para tanto, tem-se como objetivo, relatar as ações que a associação Arecicla, desenvolveu ao longo de sua formação na localidade de Rio Natal, São Bento do Sul/SC e destacar as principais contribuições para com a comunidade e meio ambiente local.

Além da parte introdutória, este artigo estrutura-se em quatro seções: a primeira apresenta um breve contexto teórico relacionado com o tema do estudo. A segunda, trata da questão metodológica da pesquisa, evidência a área de estudo e o contexto histórico da associação. A terceira, apresenta a análise e interpretação dos resultados a partir da metodologia participativa. Por fim, a quarta seção, apresenta as considerações finais desse estudo.

2 UMA SÍNTESE DO MARCO TEÓRICO DA PESQUISA

2.1 Relação Estado e terceiro setor

O Estado democrático, é governado e transformado pela política, sempre foi a instituição fundamental das sociedades civilizadas. É um instrumento de ação coletiva, no qual a sociedade busca seus objetivos políticos (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Para Pfetsch (1998), o Estado é o destinatário principal das exigências de bem-estar geral da população e permanece no âmbito das jurisdições governamentais e organizações internacionais, no qual atuam os representantes oficiais de governos nacionais. Este sistema, que é sobretudo político, é aceito não apenas pela concessão de direitos e garantias, mas também por uma política e políticas que sejam bem distribuídas entre as distintas classes sociais e em diferentes arranjos territoriais. Nesse sentido, a sociedade civil organizada tem um papel importante em exercer política, quando os governantes oficiais deixam de agir e contribuir para uma determinada população e/ou local. Com isso grupos sociais, tendem a buscar objetivos comuns de forma cooperativa.

As formações de grupos sociais ou sociedade civil organizada, têm como foco a busca por direitos e bem-estar social, com o intuito de contribuir para a reconstrução da sociedade civil ou por causas ambientais. Essas organizações são caracterizadas como sendo entidades sem fins lucrativos, dentro de uma esfera pública, denominada de terceiro setor.

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O

Desenvolvimento Regional em perspectiva

15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021



“O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos” (GESET, 2001, p.6).

Essas “instituições” passam a ocupar o espaço público, um espaço que anteriormente pertencia somente ao Estado, o qual muitas vezes têm dificuldades de assegurar direitos sociais e democratizar o acesso às políticas sociais (FERRAREZI, 1997).

Para Ferrarezi (1997), a participação desses grupos na esfera pública não-estatal e independente da eficácia da ação do Estado, contribuem para a diminuição de problemas sociais e contribui para melhoria dos governos democráticos, pois criam externalidades positivas sobre indivíduos, despertando a participação política, hábitos cooperativos e de solidariedade. Mas é importante destacar, que só é possível considerar participativa e eficaz, grupos que promovam a redução das desigualdades sociais (DEMO, 1993).

Conforme Demo (1993) a participação é fundamental para o processo da conquista, pois a mesma compreende um componente fundamental da política social, que não está resumida a serviços do Estado.

Quando há participação dentro do contexto organizacional dos grupos sociais, podemos considerar este como instrumento de emancipação. Dentre os critérios para uma política emancipatória ser considerada, segundo Cattani e Ferrarini (2010), deve ocorrer à participação da população, abranger territorialidade, intersetorialidade e sustentabilidade. Estes quatro tópicos são decisivos para a promoção emancipadora, a população na forma de auto-organização deve participar de todo o processo decisório na busca de soluções, tornando-se necessária articulação entre políticas, programas, projetos dentro de um território e incrementar os potenciais econômicos, humanos, sociais e culturais, a fim de um reconhecimento multidimensional de ação integradora, que promovam a autonomia e sustentabilidade (CATTANI; FERRARINI, 2010).

Corroborando, Demo (1991) afirma que a emancipação é um processo histórico de conquista, realizado por sujeitos sociais capazes de participação e que desempenham um projeto de desenvolvimento.



Por fim Cattani e Ferrarini (2010) colocam a questão da política pública, como um instrumento para a construção da sustentabilidade, que nesse caso, seria uma ferramenta para fortalecer o debate que acerca as políticas emancipatórias.

2.2 Território e Governança

O território está sob diferentes perspectivas de análises, tanto geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política e ecológica. Num contexto geral, o território apresenta significados distintos em cada formação socioespacial, que vão refletir em um procedimento de construção política (ALBAGLI, 2004; JEAN, 2010).

Segundo Abramovay (2010), o território pode ser considerado uma unidade de governança, pois representa possibilidade de retorno entre setor público e a sociedade civil, para encarar as causas do subdesenvolvimento. Para isso, é necessário investir em competências coletivas, capazes de transformar as dificuldades do subdesenvolvimento, em oportunidades de desenvolvimento, alcançado através das dimensões de caráter local, social, econômica, cultural, espacial e ecológica (SACHS, 1993).

Abramovay (2010) também expõe a questão do desenvolvimento territorial, que favorece a emergência de valores universalistas, fundamentado nas identidades culturais e territoriais, reforça a coesão social, vínculos entre indivíduos, solidariedade comunitária, respeito à diversidade e desperta o sentimento de pertencimento à inclusão social. Dentro dessa perspectiva, o território atua como um elemento de transformação sociopolítico-econômica e contribui para fortalecer a territorialidade, fazendo-a reverter em favor da sustentabilidade social, econômica e ambiental local (ALBAGLI, 2004).

Essas questões levam ao tema governança, em relação à esfera local, fortalece cada vez mais a cooperação entre indivíduos, empresas e entidades sem fins lucrativos (KISSLER; HEIDEMANN, 2006). Perante a ótica da ciência política, a governança está associada a uma mudança na gestão política e observa-se um aumento no número de atores sociais envolvidos, o que a torna uma gestão compartilhada e democrática, de responsabilidade não somente dos governos, mas de todas as organizações que configuram a territorialidade (KISSLER; HEIDEMANN, 2006; FERNANDES et al., 2012).

Para tanto, Gonçalves (2005, p.4) classifica o conceito de governança em três dimensões:



Três dimensões são relevantes no conceito de governança: a primeira diz respeito a seu caráter de **instrumento**, ou seja, de **meio e processo** capaz de produzir resultados eficazes; a segunda envolve os **atores envolvidos no seu exercício**, salientando a questão da **participação** ampliada nos processos de decisão; e a terceira enfatiza o caráter do **consenso e persuasão** nas relações e ações, muito mais do que a coerção. Assim, a governança existe quando ela é capaz de articular os diferentes atores – estatais e não-estatais – para enfrentar dificuldades. Sua forma de agir é, portanto, a articulação, construindo consensos para resolver problemas.

Podemos conferir que a governança é fundamental para o desenvolvimento dos territórios, que ter agentes locais em determinados territórios, é importante para o processo de resolução dos problemas coletivos da população. Dentro dessa perspectiva, resalto a questão dos territórios rurais. Esses podendo ser considerados, territórios de desenvolvimento sustentado.

Para Vieira (2003) um território sustentável, é um meio mais ético em que cidadãos incorporam na discussão a questão do meio ambiente saudável e ao um desenvolvimento socialmente incluyente. Mas para que mudanças fundamentais ocorram no desenvolvimento rural sustentável, é necessário o envolvimento e participação da população e a descentralização, elevando assim a capacidade de gestão das comunidades locais, estabelecimento de direitos e obrigações legais com respeito ao uso da terra, investimento na reabilitação e conservação dos recursos naturais (SACHS, 1993; VIEIRA, 2003).

O desenvolvimento na área rural é importante para a continuidade do modo de vida humano, pois a mesma possui uma importância valiosa, a área rural permite a sobrevivência das pessoas nos diferentes territórios (JEAN, 2010). O autor destaca as múltiplas funções dos territórios rurais; produção, no fornecimento de alimentos; territorial, na preservação ambiental; social, na geração de empregos e serviços coletivos (JEAN, 2010).

Por fim, investir em regiões rurais é fundamental para a manutenção da qualidade de vida. Porém nem sempre ocorre o auxílio do governo para essas populações. Por isso, organizações sem fins lucrativos dentro de uma comunidade rural, surgem como uma ferramenta de autogestão, trazendo autonomia à essas pessoas e suprimindo as necessidades básicas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA



3.1 Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado em uma localidade rural, no bairro Rio Natal, cidade de São Bento do Sul – SC. A localidade apresenta aproximadamente 250 moradores. A economia local é baseada na sua grande maioria, na agricultura e bananicultura (PIONTKEWICZ; SILVA, 2014).

A região do Rio Natal, dispõe de vasta riqueza em diversidade nativa de espécies da Mata Atlântica. Em 2012, sofreu a regulamentação do plano de manejo, para conservação do espaço, sendo registrada como Área de Proteção Ambiental Municipal Rio Vermelho Humboldt.

Em relação à população, a mesma apresenta descendência alemã, russa e polonesa, na qual encontramos cultivadas as crenças religiosas, gastronomia, idioma e músicas típicas referente ao país de origem de seus familiares. A grande maioria dos moradores exibe faixa etária mais avançada e também apresentam grau de escolaridade menor, por terem tido menos acesso à educação formal. A localidade não possui escola, portanto as crianças residentes são conduzidas de ônibus para o colégio mais próximo do meio urbano.

Verifica-se uma evasão desta área rural, evidenciada pelo fato da população mais jovem, entre 16 e 25 anos de idade, após completarem o ensino fundamental, geralmente mudam-se para a área urbana, em busca de novas oportunidades de emprego.

3.1.1 Contexto histórico da associação Arecicla

Por se tratar de uma localidade distante, cerca de 30 km do Centro da cidade, não há coleta dos resíduos sólidos gerados pela comunidade. Esta realidade motivou a autora, juntamente com sua mãe, em 2004, a formar uma “associação” comunitária. A formação da Associação deu-se com a parceria do Parque Natural das Aves, onde seus pais são funcionários, especificamente, caseiros há 33 anos. Trata-se de um estabelecimento que está inserido na localidade e possui área ampla de visitação e recreação. O estabelecimento recebe muitos turistas e, por consequência, gera quantidade significativa de resíduos.

Os materiais deste estabelecimento, até o ano de 2004, eram transportados pelo proprietário até a área urbana, para descarte. Os moradores da localidade não tinham onde depositar o lixo na época e acabavam por descartar na natureza ou queimá-los. Além da referida situação, notava-se dentro da comunidade a falta de união entre os moradores. Foi



pensando nestas questões, que a autora, sua mãe e o proprietário do Parque, acreditaram na possibilidade de fazer algo para amenizar os problemas constatados.

Sendo assim, foram convocados os moradores da localidade no Parque Natural das Aves e foi discutida a gestão de resíduos e a importância de criar uma associação socioambiental dentro da comunidade. Logo, foi eleita uma diretoria composta por moradores voluntários da localidade. Essa associação, sem fins lucrativos, recebeu o nome de “Arecicla”. Inicialmente, o objetivo principal foi promover a união entre os moradores em torno da questão do meio ambiente, além de incentivar a reciclagem e desenvolver ações socioeducativas. Também ficou estabelecido que a população dispusesse seu material reciclado em um depósito próximo ao Parque. O mesmo foi construído com o auxílio do proprietário deste estabelecimento. Os resíduos acondicionados passaram a ser vendidos pela associação e os recursos da venda propiciaram a realização de dois eventos anuais na comunidade, a Páscoa e o Natal. Eventos que os moradores da comunidade preservam culturalmente, por se tratar de festas cristãs. Nesses eventos acontecem diferentes ações socioambientais e entrega de donativos.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 Atividades realizadas na comunidade

A escolha dos dois eventos anuais que a associação realiza na comunidade de Rio Natal, desde sua fundação, ocorreu pelo fato, dos moradores preservarem culturalmente, por se tratar de celebrações cristãs. São nestes eventos que acontece às diferentes atividades e a entrega dos brindes. Torna-se possível a realização, por conta do dinheiro arrecado dos materiais recicláveis, além de doações externas e venda de rifas.

Durante os 12 anos, as confraternizações realizam-se no Parque Natural das Aves, pelo espaço amplo que o mesmo possui; trilhas ecológicas, auditório, área de *camping*, rio, lanchonete, entre outros atrativos.

As atividades que foram realizadas tiveram como foco principal, as crianças da comunidade e a preservação do meio ambiente. Dentre as ações, destaco o plantio de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica no bairro, em regiões de mata ciliar e beira de estradas, com a ajuda das crianças. Outrossim seria a introdução de alevinos de “Lambari” no rio. Uma espécie de peixe nativo da Mata Atlântica. Esta desempenha um importante papel biológico,



contribui para o controle de alguns insetos, como os “borrachudos”. Os lambaris alimentam-se dos ovos destes mosquitos, que ovopositam em rios.

A realização destas duas atividades consistiu em mostrar para a comunidade, a importância da recuperação e preservação de espécies nativas. Além de incentivar a adotar novas formas de controle, o biológico, ao invés do uso de pesticidas ou agrotóxicos.

Também foram realizadas dinâmicas ambientais com as crianças. Ressalto a “trilha das sensações”, na qual as crianças foram desafiadas a vender os olhos, fazer uma fila e percorrer uma trilha na Mata, em silêncio. O objetivo foi instigar os sentidos e sensibilizá-las para importância do cuidado com a natureza. As mesmas obtiveram um maior contato, prestaram mais atenção aos sons produzidos pelos pássaros, águas, e conseguiram sentir os aromas que a natureza produz. Ênfase que este tipo de atividade é necessário para estimular os sentidos sensoriais, criatividade e os sentimentos.

As confraternizações contam normalmente com a presença da Polícia Militar Ambiental, com o intuito de aproximar os moradores dos órgãos ambientais. Em parceria com a associação, ocorre a realização de palestras, passeios em trilhas ecológicas e entrega de revistas em quadrinhos sobre meio ambiente, com intenção educativa.

Além das atividades voltadas para a questão ambiental, a associação também promove tarde e noite dançantes, café colonial, declamações de poesias, homenagens aos idosos, peças teatrais para a comunidade e com as crianças do bairro, entre outras atividades que envolvem o artístico-cultural. Também acontece a entrega de brindes, como chocolates, brinquedos e mudas de árvores de espécies nativas.

O propósito das atividades é despertar nos moradores, a importância do cuidado com natureza, promover a coletividade, respeito com o próximo e ao meio ambiente, instigar a solidariedade e contribuir na construção de um sujeito participativo e com autonomia.

4.2 A importância das atividades na comunidade

Para Etzioni (2003) uma comunidade tem duas características principais, uma teia de afetos carregados de relações entre um grupo de indivíduos, objetivos que muitas vezes se cruzam e se reforçam mutuamente e, uma medida de compromisso com um conjunto de valores compartilhados, normas e significados, uma história e identidade compartilhada.



Em síntese, a associação surgiu para suprir às necessidades da população de Rio Natal, como a falta da coleta de resíduos, por parte do poder público. E as atividades também fazem parte deste contexto.

As ações realizadas pela Arecicla conferem um espaço para o desenvolvimento territorial sustentável. Contribuindo Jean (2010), afirma que não apenas a questão ambiental deve ser observada no desenvolvimento sustentável, mas todos os fatores ligados à questão do desenvolvimento rural sejam questões sociais ou econômicas.

Corroborando Gadotti (2005) ressalta que as possibilidades abertas pelo trabalho comunitário em favor do desenvolvimento sustentável, da proteção ambiental e da construção de uma comunidade saudável. A educação continua sendo a questão para esta nova forma de desenvolvimento.

As atividades foram pensadas, para agregar diversas ações que vão além do contexto ecológico. Mostrar que podemos aprender e contribuir com a ruralidade, proteger a sociodiversidade, reconhecer a multifuncionalidade da economia rural, sustentar a emergência de uma forma de governança rural cidadã e uma nova solidariedade por meio de uma taxa pedagógica e promover políticas públicas (JEAN, 2010). Portanto, despertar na comunidade o senso crítico e uma nova visão em relação ao território.

Através de depoimentos de moradores, foi possível notar que o comportamento em relação ao meio ambiente está mudando positivamente. Os eventos também ajudam a fortalecer a união entre os participantes e suprir algumas necessidades básicas. Muitos pais destacam a importância das atividades; que contribui para a formação de valores nas crianças e fornecem os auxílios que muitas vezes não podem dar, por conta da situação financeira. Ainda, outros participantes vejam na associação, um elo para chegar aos governantes municipais e, pedir apoio. Muitos destacam a falta de uma escola no bairro, posto de saúde e infraestrutura nas estradas.

Através dessas afirmações, percebe-se que a comunidade necessita de cuidados e a associação deve investir nos mesmos. Afinal, é preciso reunir os moradores e juntos debater as necessidades, para assim exigir do poder público uma resposta, para a tomada de atenção e melhoria na qualidade de vida desta população. Pois uma comunidade necessita de cuidados maiores, mesmo sendo afastada do Centro do município. Uma associação se faz quando valoriza os interesses e preocupações da comunidade e busca melhorar as condições.

Segundo Demo (1993) é a sociedade organizada que define o papel e o espaço do estado, não o contrário. Gadotti (2005) destaca que o Estado pode e deve fazer muito mais,

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O

Desenvolvimento Regional em perspectiva

15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021



mas sem a participação da sociedade e uma formação comunitária para a cidadania ambiental, a ação do Estado será limitada. Cada vez mais, a participação e a iniciativa das pessoas e da sociedade é decisiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia associativa, formada por grupos autônomos, que não levam demandas ao Estado e que realizam serviços e políticas com ou sem recursos, com novas formas de organização e participação social. Configuram um cenário importante, pois exercem a política para aceder o poder político a executar.

Dentro do contexto rural, a formação desses grupos é cada vez mais relevante. Gera-se uma interatividade social-política, que estimula a participação dos cidadãos na interdependência para a solução dos problemas em comum. São áreas distantes do meio urbano, por conseguinte, necessitam de apoio para resolver certos problemas, já que o poder público nem sempre presta auxílio a essas comunidades.

Portanto, através das atividades exercidas na comunidade, podemos considerar que as ações da Arecicla beneficiam os moradores. Percebe-se na fala dos mesmos, que a associação é vista como um avanço para a comunidade, isso significa que é vantajoso para os participantes terem a associação. E para a associação é importante ser reconhecida pelo valor do seu serviço comunitário.

As atividades da associação consistem em agregar diversas ações que levam ao desenvolvimento rural sustentável. São atividades que vão além do contexto ecológico, desenvolvem também os valores sociais, econômicos, culturais e espaciais na localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F.; et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: APED/SECCO, 2010, p. 27-47.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: **Relume Dumará**, p. 23-69, 2004.



BRESSER-PEREIRA, L. C. A Construção Política do Estado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 81, p. 117-146, 2010.

CATTANI, A. D.; FERRARINI, A. V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p.164-172, 2010.

DELGADO, N. G., et al. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: ><http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/375>< Acesso em: 11 de fev. 2016.

DEMO, P. Participação e planejamento: arranjo preliminar. **Revista de Administração Pública**, v. 25, n. 3, p. 31-54, 1991.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ETZIONI, A. *Communitarianism*. IN: CHRISTENSEN, K.; LEVINSON, D. **Encyclopedia of community: from the village to the virtual world**, v.1, A-D. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, p.224-228, 2003.

FERNANDES, V., et al. Metodologia de avaliação estratégica de processo de gestão ambiental municipal. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 128-143, 2012.

FERRAREZI, E. **Estado e setor público não estatal: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais**. São Paulo, 1997. Disponível em:> http://www.anesp.org.br/userfiles/file/estudos/estado_setor.pdf< Acesso em: 11 de fev. 2016.

GADOTTI, M. **Ecopedagogia e educação para sustentabilidade**. Canoas: ULBRA, 2005.

GESET. **Terceiro setor e desenvolvimento social: Relato setorial nº 3**. 2001. Disponível em: > http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/tsetor.pdf < Acesso em: 11 de fev. 2016.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. **XIV Encontro do Conpedi**, 2005. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/24cccb375b45d32a6df8b183f8122058.pdf> > Acessos em 11 de fev. 2016.

JACOBI, P. Educação e meio ambiente: transformando as práticas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, n. 0, p. 28-35, 2004.



JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F., et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: APED/SECCO, 2010.

KISSLER, L; HEIDEMANN, F. G. Governança Pública: Novo modelo regulatório para relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.3, n. 40, p. 479-499, 2006.

PFETSCH, F. R. Capacidade de atuar e legitimação do Estado democrático de direito na era da globalização. **Revista brasileira política institucional**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 102-117, 1998.

PIONTKEWICZ, S. C.; SILVA, V. L. S. Ações ecoformadoras numa comunidade rural no município de São Bento do Sul/SC. In: SCHROEDER, E.; SILVA, V. L. S. (Org.). **Novos Talentos: processos educativos em ecoformação**. Blumenau: Nova Letra, v.01, 2014, p.193-204.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. Florianópolis: **Eisforia/ PPGAGR**, v.1, n.1, 2003.